

te educativa, visando a promover uma melhoria na qualidade da prestação de serviços. Portanto, embora reconheça a seriedade da infração, não podemos ignorar os bons antecedentes da recorrente. Nesse sentido, considerando os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade, ao analisar o recurso apresentado pela empresa Claro S.A., decidimos parcialmente a seu favor. Mantemos a decisão recorrida no que se refere à aplicação da sanção de multa pecuniária, com a fundamentação constante na decisão original. Contudo, em relação à suspensão temporária de licitar pelo prazo de 3 (três) meses, optamos por substituí-la pela pena de advertência

Retorne-se os autos a Seção de PAIC para: Publique-se no DOE; De ciência à parte; Expeça-se a guia de depósito identificado, para o pagamento da multa no prazo de 20 dias úteis, a contar da publicação no DOE. Não havendo pagamento, providencie a inclusão em dívida ativa do Estado.

Florianópolis, 04 de setembro de 2023.

*Documento assinado eletronicamente*  
Aurélio José Pelozato da Rosa  
Coronel PM – Comandante-Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 936099

Processo SGP-E PMSC 31752/2023

DECISÃO EM RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa Claro S.A., inscrita no CNPJ 40.432.544/0001/47, contra decisão do Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças – DALF, ao qual aplicou as sanções administrativas de multa e suspensão temporária de licitar, nos termos do contrato n. 169/PMSC/2020. O Recurso foi admitido com efeitos suspensivo da decisão, até julgamento do recurso. O procurador juntou diversos documentos, que foram juntados aos autos por meio de link (drive) conforme certidão de páginas 117. Em apertada síntese, a recorrente pleiteia pela redução do valor da multa, bem como pela substituição da suspensão temporária de licitar por advertência. Afirma que a recorrência agiu a todo momento de boa fé e que as sanções não observaram o princípio da razoabilidade.

É o breve relatório. Em primeiro lugar, é de suma importância destacar o papel fundamental desempenhado pelas comunicações móveis e de dados nas operações da Polícia Militar, especialmente no que diz respeito aos policiais em serviço operacional. A sociedade catarinense demanda diariamente por um atendimento policial mais ágil, e a PMSC tem demonstrado um compromisso incansável em investir de maneira significativa em tecnologia, buscando constantemente aprimorar a qualidade do atendimento às ocorrências. Nesse contexto, a eficiência dos serviços de voz e dados assume uma importância vital. Contudo, é crucial observar que toda a tecnologia disponível não pode atingir seu potencial máximo sem o suporte de aparelhos smartphones atualizados. Além disso, é digno de nota que os sistemas desenvolvidos pela PMSC têm evoluído a cada ano, demandando equipamentos novos e modernos para um desempenho eficaz.

DA MULTA PECUNIÁRIA

A sanção pecuniária, conforme estipulada na Lei nº 8.666/93, também conhecida como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, desempenha um papel primordial no que diz respeito à repressão de empresas ou indivíduos que transgridam as normas estabelecidas nos procedimentos licitatórios e na execução de contratos públicos. A finalidade da aplicação de multas abrange diversas facetas, das quais podemos destacar três, a meu ver, de suma importância quando se trata de infrações contratuais. São elas: Desestímulo ao Descumprimento das Normas Contratuais: Nesse sentido, a aplicação de multas desempenha uma função dissuasora, desencorajando empresas e indivíduos a violarem as diretrizes presentes na legislação de licitações e contratos administrativos. Manutenção da Ordem e Legalidade: A segunda finalidade consiste em assegurar a manutenção da ordem e da legalidade nos contratos públicos, garantindo que as empresas cumpram suas obrigações de forma adequada e em conformidade com os parâmetros legais estipulados nos acordos firmados com o ente público. Responsabilização: Por último, a multa serve como instrumento de responsabilização, compelindo os infratores a enfrentarem as

consequências de suas ações e a responderem por seus atos. Independentemente disso, a imposição da multa deve ser realizada em estrita consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade da infração, o dano causado e as circunstâncias peculiares do caso. Vale ressaltar que a Lei nº 8.666/93 estabelece limites para o valor das multas, evitando, assim, sanções excessivamente onerosas para os infratores. No caso em análise, observamos que a multa foi aplicada no montante de 9,9% sobre o valor do contrato, haja vista que a recorrente se manteve inadimplente por mais de 30 dias, totalizando a quantia de R\$ 259.650,47 (duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos). Não cabe argumentar a falta de proporcionalidade na aplicação da multa, uma vez que a decisão, ao optar por essa forma de punição, deve aderir rigorosamente às disposições constantes no contrato firmado pelas partes. O contrato, em sua cláusula nona, inciso II, define de maneira precisa o método de cálculo da multa por atraso, não deixando margem para qualquer questionamento quanto à correção da decisão tomada pelo Sr. Diretor da DALF. Assim, mantém-se a decisão recorrida, recusando-se o pedido de compensação, conforme previsto no Decreto Federal 9.830/2019.

DA SUSPENSÃO DE LICITAR

O artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 estabelece que, em decorrência da inexecução total ou parcial de um contrato, a administração pública pode, após garantir o direito de defesa, aplicar ao contratado a suspensão temporária de sua participação em licitações e a proibição de contratar com a administração, pelo prazo máximo de dois anos. A penalidade da suspensão temporária de licitar e contratar com a administração implica na impossibilidade de o contratante participar de procedimentos licitatórios ou celebrar novos contratos, nos casos em que a licitação já tiver sido concluída, por um período de até 2 (dois) anos. A aplicação dessa penalidade deve levar em conta a gravidade da conduta do contratado, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, assim como as demais sanções aplicáveis. Embora a lei não especifique as situações que ensejam a aplicação da sanção de suspensão do direito de licitar, é amplamente aceito na doutrina que essa penalidade é mais severa do que uma simples advertência ou multa.

Conforme ensinamentos do professor Hely Lopes Meirelles, a suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração é uma penalidade administrativa geralmente aplicada a inadimplentes culposos ou àqueles que, por culpa, prejudicam a licitação ou a execução do contrato. Nesse contexto, embora reconheça a gravidade da falta cometida pela empresa, parece que a penalidade imposta pela autoridade recorrida foi excessivamente rigorosa, considerando que a recorrente não possui histórico de penalizações anteriores com a PMSC. A penalidade de advertência é a mais branda entre as sanções disponíveis, devendo ser aplicada nos casos em que não se constata má-fé por parte da contratada ou intenção deliberada de descumprir as obrigações assumidas. Sua natureza é fundamentalmente educativa, visando a promover uma melhoria na qualidade da prestação de serviços. No caso, verifica-se que este é o segundo processo que a recorrente responde por inadimplência ao contrato n. 169/PMSC/2020. Logo, pode-se afirmar que a sanção de advertência anterior não foi suficiente para impedir que a empresa Claro voltasse a inadimplir com a PMSC. Nesse passo, a recorrente é reincidente com a PMSC em relação ao referido contrato. Portanto, considerando os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade, ao analisar o recurso apresentado pela empresa Claro S.A., decido parcialmente a seu favor, para manter a decisão recorrida no que se refere à aplicação da sanção de multa pecuniária, com a fundamentação constante na decisão original. Contudo, em relação à suspensão temporária de licitar pelo prazo de 6 (seis) meses, opto por reduzir a punição para 3 (três) meses, haja vista que está é a primeira punição dessa natureza sofrida pela recorrente.

Retorne-se os autos a Seção de PAIC para: Publique-se no DOE; De ciência à parte; Expeça-se a guia de depósito identificado, para o pagamento da multa no prazo de 20 dias úteis, a contar da publicação no DOE. Não havendo pagamento, providencie a inclusão em dívida ativa do Estado.

Florianópolis, 04 de setembro de 2023.

*Documento assinado eletronicamente*  
Aurélio José Pelozato da Rosa  
Coronel PM – Comandante-Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 936101

**INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS**  
**Processo:** 21200.2023.75091. **Interessado (a):** Osvaldo Conrado Pereira. **CPF:** 599.792.xxx-xx. **Auto de Infração:** 48481-A. Com base nos artigos 107, § único, e 108 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/19, fica o administrado intimado da abertura de prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações finais, a contar da data da publicação.  
**Charles Wilson de Souza**  
**Autoridade Ambiental Fiscalizadora**  
Cod. Mat.: 935779

**INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS**  
**Processo:** 21200.2022.73131. **Interessado (a):** Paulino Costa. **CPF:** 046.448.xxx-xx. **Auto de Infração:** 56780-A. Com base nos artigos 107, § único, e 108 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/19, fica o administrado intimado da abertura de prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações finais, a contar da data da publicação.  
**Charles Wilson de Souza**  
**Autoridade Ambiental Fiscalizadora**  
Cod. Mat.: 935780

**DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL**  
**Processo:** 21200.2022.72272. **Interessado (a):** Laelcio Gerei Bueno. **CPF:** 097.438.XXX-XX. **Auto de Infração:** 34719-A. **ATIVIDADE:** manter em cativeiro 02 (duas) aves da fauna nativa brasileira não constante em lista de espécies ameaçada de extinção, sem licença da autoridade ambiental competente. **DECISÃO:** Pelo exposto a Autoridade Ambiental decidiu aplicar a sanção de advertência por ter sido comprovada, através do presente processo administrativo, a infração administrativa ambiental prevista no artigo 24 do Decreto Federal nº 6.514/08. Joinville - SC, 27 de julho de 2023.  
**Ruy Florêncio Teixeira Junior**  
**Autoridade Ambiental Fiscalizadora**  
Cod. Mat.: 935781

**DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL**  
**Processo:** 21200.2020.60303. **Interessado (a):** Aderbal Alves. **CPF:** 499.661.XXX-XX. **Auto de Infração:** 46393-A. **ATIVIDADE:** praticar maus tratos a 84 suínos, conforme relatos dos médicos veterinários da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). **DECISÃO:** Pelo exposto a Autoridade Ambiental decidiu aplicar a sanção de multa simples no valor R\$ 45.360,00 (quarenta e cinco mil trezentos e sessenta reais), por ter sido comprovada, através do presente processo administrativo, a infração administrativa ambiental prevista no artigo 29 do Decreto Federal nº 6.514/08. Joinville - SC, 27 de julho de 2023.  
**Ruy Florêncio Teixeira Junior**  
**Autoridade Ambiental Fiscalizadora**  
Cod. Mat.: 935782

Polícia Civil

**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 012/2023/PCSC/CPAD.** O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação, designado pela Portaria nº 2179/GAB/DGPC/PCSC de 07.08.2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº. 22.087 de 22.08.2023, de acordo com a **Listagem de Eliminação de Documentos nº 01/2023/PCSC/02DP Itajaí**, aprovada pela Gerência de Gestão Documental, por intermédio do Ofício nº **40/2023/SEA/DIAP/GEDOC**, conforme Processo **PCSC 00083732/2023**, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente a data de publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, se não houver oposição, a 2ª Delegacia de Polícia da Comarca de Itajaí eliminará os documentos relativos a **06.03.01.01.01.001** – Boletim de Ocorrência Registrado no Sistema Integrado de Segurança Pública, do período de 2016-2017, daquela mesma unidade. Os interessados, no prazo citado, poderão requerer às suas expensas e mediante petição dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, a retirada ou cópias de documentos, avulsos ou processos, bem como o desentranhamento ou cópias de folhas de um processo. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Florianópolis, 29 de agosto de 2023.

**GRACE MARY DE ALMEIDA CLOS**  
Delegada de Polícia  
2ª DPCO de Itajaí

**HENRIQUE GONÇALVES MUXFELDT**  
Delegado de Polícia  
Presidente da CPAD/PCSC

Cod. Mat.: 935872